

LUÍS EDUARDO SIMARDI FERNANDES

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Efeitos infringentes, prequestionamento
e outros aspectos polêmicos

5ª EDIÇÃO
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EFEITOS INFRINGENTES, PREQUESTIONAMENTO E OUTROS ASPECTOS POLÊMICOS

Luís Eduardo Simardi Fernandes

5.ª edição revista, atualizada e ampliada

1.ª edição: 2003; 2.ª edição: 2008; 3.ª edição: 2012; 4.ª edição: 2014.

© desta edição [2020]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO

Diretora Responsável

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia
 CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS

(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacrt@thomsonreuters.com

e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com

Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso *eComm*

www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [09-2020]

Profissional

Fechamento desta edição [24.07.2020]

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA

Nº

DATA



ISBN 978-65-5614-237-1

1181222

17/11/2020

1181222

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO	9
NOTA DO AUTOR À 1.ª EDIÇÃO.....	11
NOTA À 5.ª EDIÇÃO	13
1. ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	19
2. DIREITO ESTRANGEIRO	23
3. DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	25
4. DECISÕES QUE PODEM SER ATACADAS PELOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	33
4.1 Decisões interlocutórias e despachos	33
4.2 Decisões monocráticas nos tribunais.....	38
4.3 Decisão que afasta a repercussão geral da questão constitucional	43
5. EFEITO DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO E INTERRUÇÃO DO PRAZO PARA OUTROS RECURSOS	47
5.1 O efeito devolutivo	47
5.2 O efeito suspensivo	49
5.3 Interrupção do prazo para interposição de recursos.....	55
5.3.1 Breve registro histórico	55
5.3.2 Os embargos protelatórios e os incabíveis	57
6. HIPÓTESES DE CABIMENTO	61
6.1 A obscuridade	62
6.2 A contradição	64
6.2.1 A contradição deve estar na decisão	66
6.2.2 A contradição entre o acórdão e a ementa	67
6.2.3 A contradição entre o voto e o acórdão	69
6.3 A omissão.....	69
6.3.1 Os embargos “prequestionadores”	72

16 **Embargos de Declaração**

6.4	O erro material	73
6.5	O erro de fato	74
7.	O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO	79
7.1	O contraditório nos embargos de declaração	81
8.	COMPETÊNCIA	85
9.	LEGITIMIDADE E INTERESSE PARA ÊMBARGAR	89
10.	PREPARO	93
11.	SUSTENTAÇÃO ORAL	95
12.	PRAZO PARA OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	97
13.	FUNGIBILIDADE RECURSAL	101
13.1	Pressuposto para aplicação do princípio da fungibilidade recursal	104
13.2	O problema do prazo	106
13.3	A fungibilidade e os embargos de declaração	108
14.	SUBSTITUIÇÃO OU INTEGRAÇÃO DA DECISÃO	111
15.	REFORMATIO IN PEJUS	113
15.1	<i>Reformatio in pejus</i> e embargos de declaração	114
16.	OS EMBARGOS NOS JUIZADOS	117
17.	OS EMBARGOS NA LEI DA ARBITRAGEM	119
18.	ADITAMENTO OU REITERAÇÃO DO RECURSO INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS	121
19.	OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS CONTRA DECISÃO NOS EMBARGOS	127
20.	EFEITOS INFRINGENTES	131
20.1	Evolução doutrinária e jurisprudencial	133
20.2	Possibilidade dos efeitos infringentes	137
20.2.1	Obscuridade	139
20.2.2	Contradição	140
20.2.3	Omissão	142
20.2.4	Erro material	143
21.	O PREQUESTIONAMENTO	147
21.1	Evolução histórica	149

21.2	O recurso extraordinário	152
21.3	O recurso especial	156
21.4	O juízo de admissibilidade e o juízo de mérito dos recursos	158
21.4.1	Os requisitos de admissibilidade genéricos	161
21.4.2	Os requisitos de admissibilidade específicos do recurso extraordinário e do recurso especial	163
21.4.3	O agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário	166
21.4.4	O agravo contra a decisão do relator do recurso excepcional que nega seguimento ao recurso	168
21.5	Definição de prequestionamento	169
21.6	Fundamento legal	174
21.7	Desnecessidade de indicação do dispositivo legal no acórdão	178
21.8	Pquestionamento explícito e implícito	180
21.9	Pquestionamento e questões de ordem pública	182
22.	OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO “PREQUESTIONADORES”	187
22.1	Causa de oposição: omissão	189
22.2	Proibição de introdução de questão nova	191
22.2.1	Questão de ordem pública	193
22.3	Embargos de declaração “prequestionadores” não devem ser considerados protelatórios	195
22.4	Persistência da omissão mesmo após os embargos	197
22.5	Questão federal ou constitucional surgida no acórdão	204
22.6	Questão federal e constitucional: omissão sobre apenas uma delas	207
	NOTAS DE CUNHO CONCLUSIVO	209
	BIBLIOGRAFIA	213